



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C O R D Ã O Nº 401

Feito : Processo Nº575/91-TCE/AC

Relator: Conselheiro ALCIDES DUTRA DE LIMA

Assunto: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmados entre a SETOP e a firma Albuquerque Engenharia Ltda. e outros.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmados entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas-SETOP e a firma Albuquerque Engenharia Ltda. e outros.

Termos Adjetivos.

Serviços de reformas; recuperação; pinturas e construção em diversos órgãos estaduais, considera dos irregulares.

Autuação à parte de contrato.

Oficiar ao atual Secretário, a fim de que tais irregularidades não mais ocorram.

Registro e arquivamento do feito.

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo Nº575/91**, supra mencionado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade de votos, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, que considerou **irregulares** os contratos e aditamentos em questão, recomendando ao atual Secretário de Transportes e Obras Públicas, a fim de que as irregularidades registradas no Relatório de fls. 95 à 133, no Parecer de fls. 498 à 502 e no Parecer do MPE, de fls. 506, não mais ocorram, e, em consequência, pelo registro e arquivamento do feito. Acordaram, ainda, por maioria de votos, com voto de desempate da presidência, acolher o voto do Conselheiro **Hosé Eugenio de Leão Braga**, parte integrante desta decisão, que votou com o Relator, acrescentando que fossem destacados e autuados à parte, o Contrato Nº18/90, inserindo-se cópia do Cheque Nº866.839, no valor de **Cr\$293.288,88 (duzentos e noventa e três mil duzentos e oitenta e oito cruzeiros e oitenta e oito centavos)**; Nota de Pagamento de despesa orçamentária; Nota de Empenho; Nota Fiscal de Serviço e Orçamento, para serem devidamente inspecionados. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros **Isnard Bastos Barbosa Leite** e **Hélio Saraiva de Freitas**, Presidente e Vice-Presidente, desta Corte de Contas.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 27 de maio de 1993.

Cons. **MARCILIANO REIS FLEMING**  
Presidente para o feito

Cons. **ALCIDES DUTRA DE LIMA**  
Relator

Fui presente:

*La Pr. 57.*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no  
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6.055  
de 23 / 06 / 93

*Arilay*  
Secretária do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO : Nº 575/90.

RELATOR : CONSELHEIRO ALCIDES DUTRA DE LIMA

ASSUNTO : 13 (treze) Contratos e 07 (sete) Termos Aditivos firmados entre a Secretaria de Transporte e Obras Públicas - SETOP, do Governo do Estado do Acre e as Empresas Albuquerque Engenharia Ltda. e outras.

RELATÓRIO.--

Trata o presente processo de 13 (treze) Contratos e 07 (sete) Termos Aditivos firmados, de um lado e na qualidade de contratante, a Secretaria de Transporte e Obras Públicas - SETOP, do Governo do Estado do Acre e do outro lado as seguintes empresas:

- ALBUQUERQUE ENGENHARIA LTDA.

Contrato nº 54/90 e seu Termo Aditivo nº 001/90 (fls. 04 a 11) - objeto: construção de um ginásio poliesportivo com 1.189,38 m<sup>2</sup>, no Município de Sena Madureira - Custo de Cr\$.. 88.422.420,39 (fls. 109).

Contrato nº 115/90 (fls. 12 a 17) - Objeto: construção da Escola Heloiza dos Santos Tomé II. - Custo de Cr\$ ..... 96.565.940,73.

Contrato nº 129/90 (fls. 18 a 23) - Objeto: serviços de reconstrução das partes afetadas pelo desmoronamento do platibanda do hospital de Sena Madureira - Custa dos serviços Cr\$. 5.083.082,00.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

- TELES E TELES LTDA.

Contrato nº 10 (fls. 24 a 26).- Objeto: serviços de limpeza geral, recuperação e pintura do muro no terreno do prédio onde funciona o Dep. de Ensino Supletivo, localizado à Rua Benjamin Constant, nesta cidade - Custo: Cr\$ 175.607,90.

Contrato nº 37/90 e dois Termo Aditivo (fls.27 a 36) - Objeto: Construção da Escola Edilson Simões Moreira, situada na BR - 317/Km. 70, ramal Areia Branca Km. 10 - Custo: Cr\$..... 10.455.574,91.

ECON - EMPRESA DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Contrato nº 18/90 (fls. 37 a 40) - Objeto: serviços de reforma do muro da sede da Colonacre e sala de desenho.- Custo: Cr\$ 293.288,88.

Contrato nº 68/90 (fls. 41 a 44). Objeto: recuperação dos banheiros do CLUB CENTRO EDUCACIONAL de Rio Branco.-Custo: Cr\$ 864.985,59.

Contrato nº 72/90 - (fls. 45 a 48) - Objeto: construção de dois palanques para os festejos de 7 de setembro -Custo: Cr\$ 500.222,56.

- EMPRESA TETO - PROJETOS, CONSTRUÇÕES E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA.

Contrato nº 20/90 e dois Termos Aditivos (fls. 55 a 60). - Objeto: serviços de recuperação das instalações físicas do Porto de Rio Branco. - Custo: Cr\$ 5.482.356,20.

- EMPRESA EDITEL - EDIFICAÇÕES E PROJETOS LTDA.

Contrato nº 12/90 (fls. 61 a 66). - Objeto: serviços de pintura externa na Palácio Rio Branco.- Custo:Cr\$ 1.380,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Contrato nº 22/90 (fls. 67 a 71). - Objeto: serviços de recuperação interna das instalações físicas do Palácio Rio Branco - Custo: Cr\$ 2.502.632,12.

Contrato nº 56/90 e um Termo Aditivo (fls. 72 a 79). - Objeto: serviços de reforma e recuperação do Ginário "Álvaro Dantas", localizado à Rua Rio Grande do Sul, bairro Aeroporto Velho de Rio Branco.- Custo: Cr\$ 35.682.953,46.

Contrato nº 75/90 e um Termo Aditivo (fls. 80 a, 87). - Objeto: serviços de pintura externa no Palácio das Secretarias.- Custo: Cr\$ 7.770.153,45.

O processo em referência se acha instruído com o Relatório do Técnico Manoel Correia Lima Neto (fls. 92 a 133) e Parecer do Assistente Técnico Dr. Mario Izídio dos Santos (fls. 498 a 502). Ambos foram unânimes em afirmar que os contratos estão eivados de irregularidades, todas relacionadas nas respectivas peças informativas.

É o relatório,

Em, 25 de maio de 1993

*Manoel Correia Lima*  
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO : Nº 575/91.

RELATOR : CONSELHEIRO ALCIDES DUTRA DE LIMA

ASSUNTO : 13 (treze) Contratos e 07 (sete) Termos Aditivos celebrados com a Secretaria de Transporte e Obras Públicas - SETOP e as Empresas Albuquerque Engenharia Ltda e outras.

VOTO.-

Os contratos que compõem o presente processo, submetidos a exame por esta Corte de Contas, tiveram como finalidade execuções de obras ou serviços de engenharia, Para a execução dos serviços de limpeza geral, recuperação do reboco e pintura do muro, no terreno do prédio onde funciona o Dep. de Ensino Supletivo e os serviços de reforma no muro e sala de Desenho da Colonacre, houve dispensa de Licitação com fundamento no item I, do art. 22, do Decreto - Lei nº 2.300/86, combinado com a tabela de valores para obras e serviços de engenharia, referente aos 2º e 3º trimestres de 1990 (tabela de valores - Anexo I). Para a execução das obras do Ginásio Poliesportivo, edificado na cidade de Sena Madureira, da escola Helozira dos Santos Tomé II e da reforma e recuperação do Ginásio "Álvaro Dantas", o então titular da SETOP, Engenheiro Civil - RICARDO MEIRA ELUAN, autorizou as Tomadas de Preços de nºs.01/90,03/90 e 08/90, as duas primeiras homologadas em 01 de agosto e 09 de setembro, respectivamente, a de nº 08/90 não consta no processo haver sido homologada pela autoridade competente. O mesmo cuidado não houve por parte do titular da SETOP, não determinando a publicação no Diário Oficial do Estado, dos editais

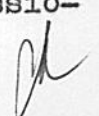


## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

das três Tomadas de Preços, conforme dispõe o art. 19, combinando o § 5º do art. 32.- "Art. 19 - As concorrências e Tomadas de Preços, embora realizadas no local da repartição interessada, deverão ser publicadas com a antecedência referida no § 5º do artigo 32, no Diário Oficial local e, contemporaneamente, noticiadas no Diário Oficial da União".

§ 5º do Art. 32 - "O prazo mínimo será de 30 (trinta) dias para concorrência e concurso, de quinze dias para Tomada de Preços e leilão, contado da primeira publicação do edital, e de três dias úteis para convite."

Quanto aos contratos, não consta no processo que os seus extratos hajam sido publicado, fato este que é uma condição do § 1º do artigo 51 do Decreto-Lei nº 2.300/86 - "§ 1º do Art. 51 - A publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus aditamentos no Diário Oficial da União, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração na mesma data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus". O eminente jurista Hely Lopes Meirelles em seu livro Licitação e Contrato Administrativo, folhas 198 e 199, assim se pronuncia: "A publicação do contrato é formalidade exigida pelas normas administrativas, como consectário da natureza pública dos atos da Administração, salvo os que forem previamente considerados sigilosos por razões de segurança nacional e complementa - Não é necessária a publicação integral do contrato, bastando a sua notícia resumida na imprensa oficial, com o nome das partes, o objeto e o valor do ajuste". Os contratos de obras e serviços de engenharia, para suas execuções é necessário que sejam observados os requisitos gerais de todo contrato, e só podem ser celebrados com empresas ou profissio-








## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

nais regularmente registrados no CREA, ou Órgão equivalente, sem essa condição se tornam nulos de pleno direito.

Quanto aos aditamentos aos contratos de numeros 54/90, 37/90, 20/90, 56/90, 75/90 se acham tecnicamente imperfeitos, o que dou como exemplo o termo aditivo nº 001/90 ao contrato nº 54/90: "CLÁUSULA SEGUNDA - Objeto: constitui objeto deste instrumento a execução de serviços adicionais na obra: Construção de Ginásio Poliesportivo com m<sup>2</sup> a ser edificado no município de Sena Madureira". Não há planília dos acrescimos (adicionais) e seus respectivos custos. Os acrescimos ou supressões que se fizeram nas obras ou serviços há de serem enquadrados no parágrafo primeiro do art. 55 do,do Decreto - Lei 2.300/86. O reajustamento dos preços do contrato será para atender a elevação dos custos dos materiais no mercado ou para compensar a inflação, neste ou naquele caso, a regra é que há de estar previstosno edital e no termo contratual. O jurista Hely Lopes Meirelles, em seu livro - LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO, fls. 186, afirma "Não é a concordância posterior das partes que legitima o reajuste de preço; é o contrato original que há de autorizar essa conduta desde que admitida no edital, na conformidade da legislação permissiva do reajustamento".

Outro procedimento que considero não menos importante é o termo de recebimento definitivo da obra, dos serviços de engenharia, ou comprar quando for o caso. Com o recebimento definitivo a Administração faz, em carater permanente, a incorporação do objeto ao seu patrimônio e considera o contrato regularmente concluído pelo contratado, tornando o executor exonerado de qualquer responsabilidade e,consequentemente, liberando a caução, e demais garantias contratuais. Em nenhum







## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

dos contratos houve a juntada do termo de recebimento definitivo, o que torna difícil se concluir; se as obras ou serviços foram realmente concluídos pelas contratantes. Esta condição deverá constar numa das cláusulas necessárias em todo contrato, conforme estabelece o inciso IV do Art. 45 do Decreto - Lei 2.300/86.

Do exposto e considerando as irregularidades registradas no Relatório de fls. 95 a 133, no Parecer de fls. 498 a 502 e no Parecer do MPE, junto a este Tribunal, do EminentProcurador Dr. Mário Sérgio Neri de Oliveira (fls. 506), VOTO no sentido de considerar irregulares com ressalva, os contratos e seus aditamentos, recomendando ao atual titular da Secretaria de Transporte e Obras Públicas - SETOP, do Governo do Estado do Acre, que fatos dessa natureza não o corram quando da contratação de obras, serviços, compras e alienações com terceiros, e observando os artigos 2º, 12, 19, 22, 23, 31, 32, 44, 45, 47, 51 e seus §§ 1º e 2º, 55, e seu § 1º, do Decreto-Lei nº 2.300/86.

É o voto.

Em, 25.05.90.

  
Alcides Dutra de Lima  
Conselheiro Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Processo Nº 575/91

### V O T O

Permita-me, eminente Conselheiro Alcides Dutra de Lima, divergir de seu voto. Conforme muito bem relatado por Vossa Excelência e por mim observado, o feito noticia a existência do Contrato nº 18/90, celebrado em 11 de julho de 1990, entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas - SETOP e ECON - Empresa de Construção Ltda, tendo como objeto a execução de serviços de reforma no muro da sede da COLONACRE e Sala de Desenho. Acontece, senhor Relator e eminentes Pares, que, à época da celebração do contrato, a sede da COLONACRE já se encontrava sob o domínio deste Tribunal. Isto posto, voto com o Relator, acrescentando que sejam destacados e autuados, à parte, o Contrato nº 18/90, fls. 37/40; a cópia do cheque nº 866.839 - valor: Cr\$ 293.288,88 (duzentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros e oitenta e oito centavos), doc. de fl. 165; nota de pagamento de despesa orçamentária, doc. de fl. 166; nota de empenho, doc. de fl. 167; nota fiscal de serviço, doc. de fl. 168 e orçamento, doc. de fl. 172, para serem devidamente inspecionados.

É como voto.

Rio Branco, 27 de maio de 1993.

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA